

Tião Viana: Brasil deve ratificar convenção contra o uso do tabaco

Cerca de 200 mil pessoas morrem no país, anualmente, em decorrência do hábito de fumar. Por essa razão, Tião Viana defende a ratificação da convenção antitabagista. **Página 8**



Roosevelt Pinheiro



Roosevelt Pinheiro

Heloísa: governo pode ajudar na troca do fumo por outras culturas

Pequenos e médios produtores devem ser esclarecidos sobre as regras de transição de culturas previstas na convenção sobre controle do tabaco, segundo Heloísa Helena. **Página 8**



Roosevelt Pinheiro

Mercadante afirma que só uma parcela pequena não freqüenta a escola

Bolsa-Família distribui renda, diz Mercadante

O programa Bolsa-Família é, segundo o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante, o principal instrumento de distribuição de renda no Brasil. Para Mercadante, a infância está hoje mais exposta à pobreza dos que os idosos. Um total de 65% dos filhos das famílias beneficiadas pelo programa, de acordo com ele, já tem acompanhamento da freqüência escolar. **Página 6**

Com pauta trancada, Senado terá de decidir sobre uso de florestas

Três medidas provisórias e dois projetos de lei de conversão devem ser votados antes da proposta do governo federal que regulamenta o uso de florestas públicas

Para destrancar sua pauta, o Plenário do Senado deve votar nesta semana dois projetos de lei de conversão e três medidas provisórias. Logo após deliberar sobre essas propostas, os senadores analisarão o projeto de lei do Executivo que regulamenta a gestão e o uso de florestas públicas. Um dos críticos dessa proposta, que tramita em regime de urgência, o senador Mozarildo Cavalcanti sustentou ontem da tribuna que ela “abre brechas para a internacionalização da Amazônia” e voltou a lamentar

a decisão do governo de não permitir qualquer mudança em seu conteúdo. Um dos pontos mais criticados é o que permite a exploração de florestas públicas, por até 40 anos, mediante concessão. O governo refuta o risco de internacionalização da Amazônia – visto pela oposição no projeto – com o argumento de que somente empresas brasileiras podem se candidatar à exploração. Para viabilizar o exame da proposta, a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, esteve no Senado na semana passada. **Página 3**



Roosevelt Pinheiro

Segundo Maciel, Brasil pode se beneficiar do mercado de créditos de carbono

Para Maciel, preservação é vantajosa

O senador Marco Maciel sugeriu ontem ao governo federal que invista na produção de biocombustíveis e procure se beneficiar do mercado de crédito de carbono. O objetivo, segundo ele, é conciliar crescimento econômico, desenvolvimento social e preservação do meio ambiente. Maciel também cobrou ação mais efetiva do poder público no combate ao desmatamento. **Página 5**

Paim quer derrubar medida contra aposentados

O senador Paulo Paim apelou aos deputados para que excluam da chamada MP do Bem dispositivo segundo o qual decisões judiciais no valor de até 60 salários mínimos favoráveis a aposentados e contra o governo só serão pagas se o Orçamento do ano seguinte tiver previsão do gasto. Paim lamentou que os líderes governistas não tenham explicado o conteúdo da emenda quando a matéria esteve em votação no Senado, na semana passada. “No mínimo, eu iria protestar”, afirmou. **Página 6**



José Cruz

Pauta, trancada desde a semana passada, recebeu mais medidas provisórias, entre elas a que prorroga o prazo para entregar armas

Heráclito: governo não investe em infra-estrutura

O Projeto-Piloto de Investimento, resultado de acordo firmado entre o governo brasileiro e o Fundo Monetário Internacional para que investimentos em infra-estrutura não fossem contabilizados como gastos na determinação do superávit primário, não está sendo executado. A denúncia foi feita ontem pelo senador Heráclito Fortes com base em reportagem de *O Globo*. “O governo agiu de má-fé”, criticou o senador, lembrando que o acordo teve o apoio do Congresso. **Página 6**



Aelton: manutenção dos serviços municipais depende de recursos do FPM

Aelton pede que Câmara aprove aumento do FPM

Aelton Freitas (PL-MG) apelou à Câmara dos Deputados para que aprove a reforma tributária, em especial o aumento de um ponto percentual na alíquota do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que passaria de 22,5% para 23,5%. O senador prometeu ainda lutar pela aprovação de projeto de sua autoria, em exame na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que prevê isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para veículos e equipamentos adquiridos pelas prefeituras (PLS 368/03).

Como a manutenção dos serviços municipais depende desses recursos, Aelton afirma que a elevação da alíquota do FPM já deveria estar em vigor há muito tempo. Assim, clama por entendimento entre os deputados que viabilize sua aprovação, “sob pena de se elevar, para números inéditos, a penúria nos municípios do país”.

A partir de dados da Associação Mineira de Municípios, Aelton adiantou que 550 dos 853 municípios do estado não terão condições de bancar o décimo terceiro de seus servidores. E acrescentou que muitas cidades mineiras sofrem contenção de investimentos em educação e saúde e racionamento em serviços básicos.

Cristovam defende federalização do magistério do ensino básico

De acordo com o senador, medida proporcionaria "salto de qualidade nos ensinos fundamental e médio"

Cristovam Buarque (PDT-DF) voltou a defender um programa para a nacionalização ou federalização do magistério do ensino básico, objetivando, como disse, que o Brasil dê um salto de qualidade nos ensinos fundamental e médio em todos os municípios. Para



Cristovam: professores não devem ser pagos pelos municípios e sim pela União

isso, o senador quer que os professores da rede municipal, que ganham salários inferiores, sejam selecionados e pagos pela União.

Segundo Cristovam, a obrigação constitucional de o município pagar os professores da rede escolar básica local gera um abismo muito grande entre o que eles recebem e o que ganham os professores das universidades federais.

– A disponibilidade orçamentária de alguns municípios é mínima – sustentou, citando como exemplo de remuneração mais justa a que é paga aos professores do Distrito Federal, onde o magistério do ensino básico é bancado pela União.



Mão Santa pede que ministro da Educação receba professores grevistas

Mão Santa aponta descaso de Lula com educação brasileira

Em pronunciamento no Plenário, Mão Santa (PMDB-PI) pediu ontem que o governo Lula dê mais atenção à educação brasileira. O senador citou a coluna da revista *Veja* desta semana que classifica o sistema educacional do país em posição descendente.

– Pela primeira vez, em dez anos, diminuiu o número de estudantes no Brasil – afirmou.

Ao criticar o governo Lula por tratar com descaso os professores grevistas das universidades públicas brasileiras, Mão Santa perguntou aos senadores presentes se sabiam o nome do ministro da Educação.

– Ninguém no Piauí conhece o nome do ministro da Educação – disse o parlamentar, criticando, a seguir, Fernando Haddad, por não receber em audiência os professores para negociar soluções para a greve.

Mão Santa solicitou que o ministro da Educação receba os professores universitários para acabar com a paralisia nas universidades públicas.

O senador destacou a importância da educação e ressaltou que os países que têm boa instrução são mais ricos, saudáveis e felizes, enquanto as nações com baixa qualidade na educação “são pobres, doentias e infelizes”.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

Homenagem às crianças e aos professores

O Plenário promove, às 11h, sessão especial em homenagem aos dias do Professor e da Criança. Às 14h, está prevista sessão ordinária, que tem na pauta três medidas provisórias e dois projetos de conver-

são trancando os trabalhos. Além disso, tramita em urgência constitucional projeto de lei sobre o novo modelo de gestão das florestas públicas, que prevê a concessão da exploração a empresas privadas.

CPI anuncia auditoria e continua a ouvir doleiros

A CPI dos Correios deve divulgar hoje o nome das auditorias privadas a serem contratadas pelo Congresso para agilizar as investigações. Além disso, a Sub-Relatoria de Fontes Financeiras vai ouvir os doleiros Najun Turner, às 10h, e Carlos Alberto Quaglia, às 14h. Os dois são suspeitos de operar parte dos recursos ilegais recebidos pelo PP, por meio da corretora Natimar.



Empréstimos para habitação

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) analisa, às 9h30, autorizações para a aquisição de empréstimos voltados à habitação e à regularização fundiária. Às 11h, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) vota créditos suplementares.

Audiência debate controle do tabaco

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) realiza audiência pública às 11h, em Cruz das Almas (BA), para discutir a Convenção-Quadro sobre o Controle do Uso do Tabaco, com agricultores e representantes de ministérios.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin,

Janaína Araújo e José do Carmo Andrade

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e

Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida,

Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e

Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670

Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Tião Viana, Eduardo Siqueira Campos, Alvaro Dias e Mão Santa



Mozarildo Cavalcanti faz duras críticas ao projeto de gestão de florestas públicas

Mozarildo vê ameaças à Amazônia

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) sustentou da tribuna que o projeto que permite a concessão de florestas públicas para exploração sustentada “abre brechas para a internacionalização da Amazônia” e voltou a criticar a decisão do governo de não permitir qualquer mudança em seu conteúdo.

– O projeto tem o charmoso nome de Gestão das Florestas Públicas Brasileiras, mas no fundo vai permitir o aluguel das florestas da Amazônia e, ao mesmo tempo, criar mais um órgão público – o Serviço Florestal Brasileiro. Cria ainda o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal, que vai arrecadar o dinheiro dos aluguéis e só Deus sabe a destinação desse dinheiro.

Imperfeição

Mozarildo observou que não se trata de “um projeto inocente” e muito menos perfeito. Para ele, a proposta carrega pelo menos duas inconstitucionalidades e abre caminho para a internacionalização da Amazônia ou para sua exploração por estrangeiros. Disse que, apesar da proibição para que empresas estrangeiras participem da gestão das nossas florestas, todos sabem “como elas agem no Brasil, negociando participação com as empresas brasileiras”.

Mozarildo leu em Plenário mais de dez frases de personalidades estrangeiras, todas afirmando que a Amazônia pertence à Humanidade. Entre eles, estão Al Gore, ex-vice-presidente dos EUA; Mikhail Gorbachev, ex-dirigente da extinta União Soviética; e François Mitterrand, ex-presidente da França.

Senado deverá decidir sobre três medidas provisórias e dois projetos de lei de conversão para retomar o exame das outras matérias constantes da ordem do dia

Mais três propostas trancam a pauta de votação do Plenário

Mais um projeto de lei de conversão e duas medidas provisórias foram inseridos na pauta do Plenário, que já estava trancada desde a semana passada. Agora, para retomar o processo normal de votação, o Plenário precisa apreciar dois projetos de lei de conversão e três medidas provisórias.

O PLV 24/05 (proveniente da Medida Provisória 253/05) prorroga o prazo para entrega de armas de fogo às autoridades públicas até 23 de outubro, data de realização do referendo sobre

o tema. Já o PLV 25/05 (oriundo da Medida Provisória 255/05) estende o prazo para os participantes de planos de benefício de caráter previdenciário ou de seguro de vida com cláusula de cobertura por sobrevivência optarem pelo Imposto de Renda Retido na Fonte de Pessoa Física. A medida deve garantir às entidades de previdência complementar mais tempo para orientar seus clientes sobre a taxa de valores eventualmente resgatados ou recebidos na forma de benefícios.

Por sua vez, a Medida Provisória 254/05 revoga a MP que cria a Time-mania, loteria destinada a incentivar o desenvolvimento da prática desportiva. Duas outras medidas provisórias – 256 e 257, ambas de 2005 – abrem créditos em benefício dos ministérios de Minas e Energia; Transportes; Desenvolvimento Agrário; e da Integração Nacional.

Nesta semana, em virtude do feriado de amanhã, só haverá sessão deliberativa hoje.



Em razão do feriado de amanhã, nesta semana os senadores deverão promover votações em Plenário apenas no dia de hoje

Exploração de florestas públicas gera debate

Uma das matérias que certamente vai gerar debate em Plenário nas próximas sessões deliberativas é o projeto de lei do Executivo que regulamenta a gestão das florestas públicas.

Após ter sido aprovado pelas comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), o projeto (PLC 62/05) suscitou intenso debate na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde foi alvo de substitutivo do relator, Mozarildo Cavalcanti (PTB-

RR), com diversas alterações.

A falta de consenso levou a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, a comparecer ao Senado para defender a aprovação do projeto sem modificações, a fim de evitar seu retorno à Câmara. Marina admitiu a hipótese de as alterações sugeridas por Mozarildo serem acolhidas, posteriormente, via aprovação de lei específica.

Após o encontro da ministra com os senadores, a CCJ decidiu aprovar parecer de José Agripino (PFL-RN) pela manutenção do texto original. Jefferson

Péres (PDT-AM) comprometeu-se a apresentar novo projeto para regular os pontos polêmicos.

O ponto mais criticado do projeto é o que permite a exploração das florestas públicas, por até 40 anos, por meio de concessão. Vários senadores temem que a proposta promova a “internacionalização da Amazônia”, apesar de o projeto determinar que somente empresas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede e administração no país possam se candidatar à exploração.

Tourinho critica exigências do Ibama

Rodolpho Tourinho (PFL-BA) criticou o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e os dirigentes do projeto de proteção às tartarugas marinhas (projeto Tamar) pelo “exagero” nas exigências técnicas feitas a empreendedores espanhóis que pretendem construir um *resort* no litoral sul da Bahia.

Segundo o pefelista, o Centro de Recursos Ambientais da Bahia (CRA) só pode conceder a licença ambiental para instalação do hotel se obedecer às exigências do Ibama e do projeto Tamar.

Tourinho informou terem sido exigidos dos empreendedores vários veículos *off-road*, aparelhagem de informática de última geração, material fotográfico de alto desempenho, móveis e outras “parafernálias questionáveis” para um investimento desse porte.

Ele disse que os empresários ficaram assustados diante dos requisitos exigidos para concessão da licença ambiental, anunciando a pretensão de abandonar o projeto turístico.

Grupo contra a burocracia se instala na terça

A solenidade de assinatura do Ato de Criação do Grupo de Desburocratização e Simplificação, sugerido pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, foi transferida para a próxima terça-feira.

O grupo – que será composto pelos senadores Fernando Bezerra (PTB-RN), Ramez Tebet (PMDB-MS), Luiz Otávio (PMDB-PA) e Rodolpho Tourinho (PFL-BA) – visa estudar formas de simplificar a legislação para a abertura e fechamento de empresas, além de propor medidas de simplificação tributária e elaborar um estatuto da desburocratização.

Trabalho da semana está concentrado na análise de documentos. Depoimento apenas na CPI dos Correios, que ouve os doleiros Najun Turner e Carlos Alberto Quaglia



CPI dos Correios deve contar com apoio da empresa Ernst & Young para analisar operações dos fundos de pensão com títulos públicos

Auditorias externas para apoiar CPIs podem ser definidas hoje

O presidente da CPI dos Correios, senador Delcídio Amaral (PT-MS), deve anunciar hoje o nome da empresa de auditoria externa que será contratada para auxiliar o colegiado. Deverá ser a empresa Ernst & Young, que terá como principal competência analisar as operações dos fundos de pensão de empresas estatais com títulos públicos. Muitas dessas informações já foram coletadas pelos depoimentos e pelas investigações das sub-relatorias.

Conforme explicou o senador

Rodolpho Tourinho (PFL-BA), a CPI do Mensalão, onde é sub-relator para a área financeira, deverá anunciar a contratação do consórcio formado pelas empresas Moore Stephens/Villas Rodil. Caberá ao grupo fazer o rastreamento de recursos externos e, também, prestar assessoria em relação a movimentos financeiros internos. Ainda de acordo com Tourinho, neste último quesito, o grupo também poderá apoiar os trabalhos da CPI dos Correios.

Para Tourinho, a contratação da

Young e do consórcio Moore Stephens/Villas Rodil ainda depende de uma checagem final para ver se não há conflito entre as empresas de auditoria e clientes que possam estar sob investigação.

Depoimentos

A Sub-Relatoria de Fontes Financeiras da CPI dos Correios ouve hoje os operadores do mercado financeiro Najun Turner e Carlos Alberto Quaglia. Nesta semana, não estão programados depoimentos nas CPIs do Mensalão e dos Bingos.

Semana de esforço para acelerar análise de documentos

A Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos vai aproveitar esta semana para acelerar os trabalhos de análise da vasta documentação que lota a secretaria do colegiado. Para isso, o presidente da CPI, senador Efraim Morais (PFL-PB), determinou que mais três consultores do Senado – dois especialistas em Economia e outro em Direito Internacional – passem a auxiliar a comissão.

Os trabalhos da CPI dos Bingos deverão ser prorrogados até o ano que vem, mas o relator, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), já adiantou que pretende apresentar seu relatório parcial até 26 de outubro – data em que deveriam terminar os trabalhos, iniciados em 29 de junho.

Os três consultores irão se juntar a uma equipe formada por dois técnicos do Tribunal de Contas da União (TCU), um auditor do Banco Central, dois delegados federais e um agente da Polícia Federal para examinar



Presidente da CPI dos Bingos, Efraim Morais amplia equipe de consultores

principalmente as informações obtidas com as quebras de sigilos telefônicos de 39 pessoas e empresas supostamente ligadas ao esquema de corrupção – pagamento e recebimento de propina – principalmente em relação à renovação de contrato entre a Caixa Econômica Federal e a multinacional Gtech do Brasil, no valor de R\$ 650 milhões, destinado a operacionalizar todo o sistema de loterias federais no país.

A quebra dos sigilos também se refere a um suposto esquema de

corrupção existente na prefeitura de Santo André (SP), na ocasião em que o então prefeito do município, Celso Daniel, foi assassinado, em janeiro de 2002. Entre as empresas que estão sendo investigadas por haver indícios de que pagariam propina ao Partido dos Trabalhadores, para formação de caixa dois, estão a Leão & Leão, a Gráfica Vilimpress e a empresa de lixo Veja Engenharia Ambiental – todas relacionadas ao caso Santo André. Já a Gtech do Brasil, a MM Consultoria Jurídica e a W Way Informática estão envolvidas com as denúncias referentes à renovação de contrato com a Caixa Econômica Federal.

Os depoimentos serão retomados na terça-feira da próxima semana, a partir das 11h, quando serão ouvidos o atual presidente da Caixa, Jorge Mattoso, e três ex-presidentes da instituição – Danilo de Castro, Emílio Carazai e Sérgio Cutolo. Eles vão falar sobre a renovação do polêmico contrato, em 2003, entre a Caixa e a Gtech.

Em breve, superacareação entre Valério e sacadores de suas contas

A CPI do Mensalão deverá definir na próxima terça-feira a data para acareação entre o empresário Marcos Valério, sua funcionária Simone Vasconcellos e os responsáveis por saques em dinheiro que admitiram valores bem inferiores aos que constam da lista fornecida pelo empresário. Nesta semana, os parlamentares se dedicam à análise de documentos.

A comissão selecionou seis pessoas para se confrontar com Valério: Valdemar da Costa Neto, presidente do PL; Jacinto Lamas, ex-tesoureiro do PL; João Cláudio Genu, assessor da liderança do PP; José Luiz Alves, chefe de gabinete do ex-ministro Anderson Adauto; Emerson Palmieri, ex-tesoureiro do PTB; e Manoel Severino dos Santos, ex-presidente da Casa da Moeda.

Também na próxima semana a CPI deverá decidir sobre o dia dos depoimentos do ex-diretor do Banco do Brasil Ricardo Sérgio de Oliveira – envolvido no processo de privatizações no governo

Fernando Henrique Cardoso – e do ex-ministro dos Transportes Anderson Adauto, uma vez que seu assessor José Luiz Alves revelou ter recebido R\$ 200 mil do esquema montado por Valério.

Os integrantes da CPI querem concluir os depoimentos e a análise de documentos até 30 de novembro e, no prazo para o término dos trabalhos – 11 de dezembro –, apresentar o relatório final.

Na terça-feira, serão ouvidos o presidente do Citibank, Gustavo Marin, e o procurador do Citigroup, Sérgio Spinelli. Na quinta-feira, será a vez do deputado Ronivon Santiago (PP-AC), acusado de ter vendido seu voto a favor da emenda da reeleição, em 1997. No dia 25, serão ouvidos os ex-deputados Chicão Brígido e Osmir Lima, que respondem à mesma acusação.

No dia 20, deporá Roberto Costa Pinto, assessor do Ministério da Cultura, e no dia 26, Márcio Lacerda, ex-secretário do Ministério da Integração Nacional.



CPI do Mensalão pode concluir os trabalhos no prazo previsto: 11 de dezembro

Eduardo aponta nepotismo no governo do Tocantins

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) fez várias denúncias ontem em Plenário contra o governador do Tocantins, Marcelo Miranda. Segundo revelou, a Assembléia Legislativa do Tocantins teria negado, após manobra de Miranda junto à maioria governista, licença para a Justiça processar o governador por ter, supostamente, empregado uma babá – que trabalhava na sua residência – como funcionária da Casa.

Eduardo afirmou que a babá foi contratada pela Assembléia com salário de R\$ 1,4 mil, mas só recebia efetivamente R\$ 400 da esposa do governador, acusada de embolsar o restante do dinheiro. Hoje, informou, a doméstica está cobrando os direitos trabalhistas da época de



Para Eduardo, funcionária da casa de Miranda teria sido paga pelo governo

sua suposta vinculação ao quadro do Legislativo estadual.

Em outra denúncia sobre nepotismo e malversação de dinheiro público, o senador relatou que Marcelo Miranda vem sofrendo pressões por parte do Ministério Público e, por essa razão, demitiu cerca de sete parentes, todos servidores do primeiro escalão da administração estadual, com cargos de assessoramento superior. Essas demissões, disse, já teriam sido publicadas pelo *Diário Oficial* do Tocantins.

Propriedade dos meios de comunicação

O Conselho de Comunicação Social (CCS), órgão auxiliar do Congresso Nacional, aprovou ontem relatório do conselheiro Paulo Tonet sobre a proposta de emenda à Constituição (PEC 55/04), de autoria do senador Maguito Vilela (PMDB-GO), que dá nova redação ao artigo 222 da Constituição, para disciplinar a propriedade dos meios de comunicação. O projeto está sendo analisado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que designou o senador Fernando Bezerra (PTB-RN) como relator da matéria.

O artigo 222 determina que “a propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens é privativa de brasileiros natos e naturalizados há mais de dez anos ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no país”.

Adequação

Segundo o relator, a PEC procura adequar a Constituição às novas tecnologias. Para isso, o texto inclui “as empresas de acesso à Internet e empresas que explorem a produção, programação ou provimento de conteúdo de comunicação social eletrônica dirigida ao público brasileiro, por qualquer meio e independentemente dos serviços de telecomunicações de que façam uso e com os quais não se confundem”.

– O objetivo principal da PEC é uniformizar a legislação e a norma regulatória para todos os entes que produzam conteúdo jornalístico no Brasil. Não se trata de restringir ou evitar a entrada de novos concorrentes no mercado, mas sim de evitar que haja duas normas diferentes – afirmou Paulo Tonet.

O Conselho de Comunicação Social tem a atribuição de realizar estudos, pareceres e recomendações sobre assuntos de sua competência. Cabe ainda ao órgão opinar, em caráter consultivo, sobre programação e propaganda.

Reunião do chefe do Executivo com deputados petistas, inclusive acusados de atos de corrupção, é condenada, em discursos no Plenário, por José Jorge e Alvaro Dias

Oposição critica solidariedade de Lula a envolvidos em denúncias

O presidente da República está tentando encobrir “o mais escandaloso caso de corrupção” da República”, afirmou ontem, no Plenário, o líder da Minoria no Senado, José Jorge. Já o senador Alvaro Dias, do PSDB, disse que a solidariedade demonstrada por Lula a correligionários acusados

“condena um governo que se elegeu empalmando a bandeira da ética como seu principal trunfo”. Rebatendo comentário feito ontem pelo presidente, o líder do PFL, José Agripino, sustentou que a oposição, em vez de trabalhar contra o país, apóia todas as causas importantes para a nação.



Alvaro Dias lamenta declaração de que os petistas acusados não são corruptos

Postura condena o governo, afirma Alvaro

Ao criticar, em discurso da tribuna, a postura do presidente Luiz Inácio Lula da Silva com relação a deputados petistas envolvidos em denúncias de corrupção, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) disse que “não há necessidade de mais comentários sobre as pérolas” do chefe do Executivo.

– Por si só, suas afirmações, e, mais do que elas, o seu gesto de solidariedade à corrupção, a sua postura de conivência reiterada, de cumplicidade permanente, condenam um governo que se elegeu empalmando a bandeira da ética como seu principal trunfo para a vitória – afirmou o parlamentar.

Agência anticorrupção

Alvaro sugeriu, no mesmo pronunciamento, a criação, ao final das investigações das comissões parlamentares de inquérito em funcionamento no Congresso Nacional, de um conselho externo bipartite, composto por representantes dos setores público e privado, para combater a prática de corrupção no país.

– Do mesmo modo que em outros países, o conselho poderá significar, pelo seu esforço, pela sua competência, e, sobretudo, legitimidade, o caminho para a redução dos índices alarmantes de corrupção em nosso país – disse o senador.

Alvaro também criticou o governo federal por ter incluído dispositivo na chamada MP do Bem que adia, para o ano seguinte, o pagamento de causas judiciais de pequeno valor.



Para contestar presidente, José Jorge lembra caso de servidores e executivos demitidos

José Jorge: presidente tenta iludir sociedade

O líder da Minoria no Senado, José Jorge (PFL-PE), lembrou que, há algumas semanas, o presidente Lula pedira desculpas à nação pelos “escândalos” que envolviam quadros do PT, chegando a declarar ter sido traído por seus correligionários. E disse não entender por que, agora, Lula passou a afirmar que os deputados petistas acusados não são corruptos.

– Na ótica do presidente Lula, existem crimes que merecem ser punidos e outros não, pois ele reconhece que o partido usou caixa dois, mas diz que não houve corrupção – frisou o parlamentar, para quem o chefe do governo estaria colocando “panos quentes, tentando encobrir o mais escandaloso caso de corrupção da República”.

Segundo José Jorge, Lula tenta iludir a opinião pública quando sustenta que as denúncias são inconsistentes, constituindo tentativas da oposição e das elites para desestabilizar a sua administração. Ele questionou, então, a razão de nove funcionários do governo e 14 executivos de estatais terem sido demitidos se Lula acredita que as denúncias são infundadas.

O senador também considerou grave o fato de o presidente ter-se reunido com a bancada petista na Câmara para “combinar uma renúncia em massa dos deputados atingidos pelas CPIs”. A seu ver, Lula chegou “ao máximo de sua incoerência” ao montar estratégia para que possam concorrer nas próximas eleições.



José Agripino denuncia uso de avião da FAB por filhos de Lula e amigos, durante passeio

Luta oposicionista é pelo país, diz Agripino

“O presidente da República não tem o direito de falar em “urucubaca da oposição contra os interesses do Brasil”, afirmou, em discurso, o líder do PFL no Senado, José Agripino (RN), ao criticar declaração feita ontem pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, durante lançamento de edital de licitação para a construção de navios.

Lembrando a aprovação, no Senado Federal, da Medida Provisória 252/05, chamada MP do Bem, em votação que se estendeu até as 22h da última quarta-feira, Agripino sustentou que a oposição, em vez de trabalhar contra o país, apóia todas as causas importantes para a nação.

– Trabalhamos até as dez da noite e aprovamos essa medida que trouxe coisas positivas para o país e ajuda o governo federal a governar. Se a oposição quisesse jogar contra o país, votava contra, não fazia o acordo que fez e não daria ao governo uma medida provisória aprovada com as melhorias que introduzimos – frisou.

O parlamentar condenou ainda o uso de avião da Força Aérea Brasileira (FAB) e de lancha da Marinha pelos filhos do presidente Lula e amigos, durante passeios turísticos em Brasília.

– Não ouvi nenhuma palavra do presidente da República sobre a postura adotada pelos seus filhos. Se fosse eu o pai, teria aplicado uma reprimenda pública para que aquele exemplo não fosse entendido como normal.



Para Maciel, país deve investir no biocombustível e se beneficiar do mercado de crédito de carbono

Maciel: Brasil pode lucrar com a preservação

Marco Maciel (PFL-PE) sugeriu ontem ao governo brasileiro que invista na produção de biocombustíveis e procure se beneficiar do mercado de créditos de carbono para conciliar crescimento econômico, desenvolvimento social e preservação do meio ambiente. O pefelista cobrou ainda ação mais efetiva do poder público no combate ao desmatamento.

– O Brasil tem posição privilegiada. Os créditos de carbono podem ser usados para o controle do clima do planeta e na defesa da nossa rica biodiversidade, contribuindo para melhorar as condições de vida do povo – analisou o parlamentar.

Investimento

O mercado de créditos de carbono é um dispositivo previsto no Protocolo de Kyoto, assinado por diversos países em 1997 e ratificado pelo Brasil em 2002. O documento obriga as nações desenvolvidas a reduzirem as emissões de gases poluentes. Essa exigência pode ser aliviada, entretanto, se essas nações assumirem o compromisso de investir em reflorestamento nos países em desenvolvimento.

Para Marco Maciel, a grande biodiversidade nacional e o potencial brasileiro para o agronegócio tornam o país um possível beneficiário desse mercado. A promoção do reflorestamento também seria uma forma de o Brasil contribuir para reduzir o aquecimento global.

O senador frisou que a mudança no clima do planeta é apontada como uma das principais causas dos grandes desastres naturais observados recentemente.

Paim pede que item prejudicial a aposentados seja retirado da MP do Bem

Paulo Paim (PT-RS) apelou aos deputados para que retirem da MP do Bem (MP 252/05) o item incluído no Senado, “na calada da noite”, que vai prejudicar os aposentados e pensionistas. De acordo com Paim, a mudança foi feita “na surdina, sem o conhecimento dos senadores”, e permite que as decisões judiciais de até 60 salários mínimos favoráveis a aposentados,

contra o governo, só sejam pagas se o orçamento do ano seguinte tiver previsão para o gasto.

Surpreso com a mudança, Paim lamentou que líderes governistas não tenham explicado o conteúdo da emenda quando a matéria esteve em votação no Plenário do Senado, na semana passada.

– No mínimo, eu iria protestar, gritar contra essa injustiça – disse

o senador, acrescentando que atualmente as decisões dos Juizados de Pequenas Causas a favor de aposentados e pensionistas são pagas em até 60 dias.

Paulo Paim informou ainda que o senador Flávio Arns (PT-PR) está finalizando seu substitutivo ao Estatuto das Pessoas com Deficiência, depois de ter se reunido ao longo do ano com mais de 20

mil pessoas em quase todo o país. Antes, porém, a Comissão de Assuntos Sociais pretende promover audiências públicas sobre o projeto, que pode ser votado ainda neste ano.

O estatuto, que agora receberá modificações do relator Flávio Arns, foi apresentado por Paulo Paim há cerca de dez anos quando este era deputado federal.



Paim lamenta que mudança não tenha sido explicada por líderes durante votação no Senado



Tebet diz que doença ocorre no momento em que país aumenta exportações de carne

Tebet lamenta febre aftosa e levanta suspeita

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) lamentou ontem a notícia de existência de febre aftosa em Mato Grosso do Sul e levantou a hipótese de a doença ter sido provocada por um ato criminoso, uma vez que ocorre exatamente no momento em que o Brasil aumenta suas exportações de carne bovina. Tebet manifestou ainda preocupação de que haja boicote à carne brasileira, pois o Ministério da Agricultura já comunicou o fato às autoridades internacionais.

Tebet lembrou que o estado possui o maior rebanho do país, calculado em 25 milhões de cabeças, e defendeu os produtores, dizendo que eles têm investido em tecnologias e não devem ser colocados sob suspeita.

– É preciso que as autoridades dêem logo resposta a isso, pois estamos evoluindo na qualidade do nosso rebanho e na quantidade que o Brasil exporta – observou.

Para o líder do governo, sucesso do programa estaria na transferência direta de renda para a infância, faixa etária que demanda mais investimentos, além da doação de livros didáticos e merenda escolar

Bolsa-Família diminui exposição da infância à pobreza, diz Mercadante

O líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), afirmou ontem que o programa Bolsa-Família é o principal instrumento de distribuição de renda no Brasil. De acordo com o senador, enquanto as políticas de recuperação do salário mínimo, implementadas nos últimos anos, retiraram a maioria dos idosos brasileiros da situação de pobreza, a infância ainda estaria exposta, devido à ausência de uma política social eficiente.

Para Mercadante, mesmo com o conjunto de políticas públicas, tais como livro didático e merenda escolar, a infância ainda está mais exposta à pobreza do que os idosos. Daí, conclui, a razão do sucesso do Bolsa-Família, focado exatamente na



Mercadante: programa é o principal instrumento de distribuição de renda no país

transferência direta de renda para esse segmento social.

– Hoje, os filhos de 65% das famílias que recebem o Bolsa-Família já

têm acompanhamento da frequência escolar e, para 27% dessas famílias, as crianças estão com mais de 85% de frequência às aulas. Portanto, somente uma parcela pequena das crianças que estão sendo fiscalizadas hoje não frequenta a escola – comemorou.

Em aparte, Heloísa Helena (PSOL-AL) lembrou que nunca presenciou, em sua vida política, nenhum parlamentar discursar contra a educação, contra os professores e as crianças.

– Isso é impossível. O grande desafio, de fato, é identificar se existe coerência ou abismo entre o discurso, o gesto e as lutas com as quais as pessoas se comprometem e as formas como elas votam, no Senado ou na Câmara – disse ela.

Heráclito condena lentidão no uso de verbas para infra-estrutura

Heráclito Fortes (PFL-PI) lamentou, ontem, ao citar reportagem do jornal *O Globo* do último domingo, que o chamado Projeto-Piloto de Investimentos (PPI) não esteja sendo executado. O projeto foi um acordo firmado pelo governo brasileiro com o Fundo Monetário Internacional para que os gastos públicos com investimentos em infra-estrutura não fossem contabilizados no superávit primário.

De acordo com a matéria do jornal, quase metade das obras previstas no PPI não tinha executado nem 10% de seu orçamento, enquanto quase 40% não tinham saído do papel. Entre essas obras, estão a construção de eclusas em Tucuruí, no Pará, e a adequação



Heráclito afirma que governo não cumpriu projeto que prevê gastos com infra-estrutura

de vários trechos da BR-101. No total, foram liberados R\$ 2,9 bilhões para investimentos este ano.

– O governo agiu de má-fé – criticou

Heráclito, afirmando que o acordo foi aprovado no Congresso pelo patriotismo e boa-fé dos parlamentares.

Heráclito Fortes criticou também a forma como o governo está tratando as agências reguladoras. Para ele, o Executivo federal prejudica o funcionamento das agências, como seria o caso da Agência Nacional de Energia Elétrica, que estaria “praticamente paralisada” devido à falta de indicação dos novos diretores da entidade.

Em aparte, Ramez Tebet (PMDB-MS) fez um apelo por mais recursos para a manutenção das estradas e Roldolpho Tourinho (PFL-BA) protestou contra o descaso do governo com relação à Bahia.



Pavan pede ao governo federal mais respeito pelo estado, que se sente prejudicado pela medida

Pavan critica transferência de bandido para SC

Falando pela liderança do PSDB, o senador Leonel Pavan (SC) criticou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, pela transferência do narcotraficante Fernando Beira-Mar para o estado de Santa Catarina.

– É lamentável que este governo não tenha uma política de segurança pública voltada para o combate à criminalidade. O que Santa Catarina tem a ver com esse bandido? Gastam recursos, transferindo-o de lá para cá, como se fosse um turista – lamentou.

Pavan pediu ao governo federal que respeite o estado, que, no mês de outubro, realiza inúmeras festas populares e se sente prejudicado com a medida. O senador lembrou que o governo se elegeu prometendo uma política voltada para a segurança, mas acabou não cumprindo nenhum compromisso com a sociedade brasileira nesse sentido.

Senado reedita e lança obras de Joaquim Nabuco

Campanha Abolicionista no Recife (Eleições de 1884), a quinta obra de Joaquim Nabuco, foi relançada na noite da sexta-feira no estande do Senado Federal na Bienal do Livro de Pernambuco. O livro reúne os melhores discursos pronunciados por Joaquim

Nabuco, escolhidos pelo próprio autor, durante a campanha eleitoral de 1884, quando ele disputou, e ganhou, uma das vagas por Pernambuco na Câmara dos Deputados. “Acabar com a escravidão não nos basta; é preciso destruir a obra da escravidão”, disse

Nabuco, em um dos seus principais pronunciamentos.

Os outros quatro títulos de Nabuco reeditados pelo Senado – também à disposição do leitor, por meio da Internet, no site <http://www.senado.gov.br> – são: *Minha Formação*, *Balmaceda*,

A Intervenção Estrangeira Durante a Revolta de 1893 e *O Abolicionismo*.

O senador José Jorge (PFL-PE), que participou da bienal, destacou a importância da obra para os interessados no estudo da abolição dos escravos.

Tourinho defende informações mais claras sobre loterias

Fotos: Roosevelt Pinheiro



Iniciativa de Rodolpho Tourinho aguarda decisão terminativa da CAE

Tornar mais claras as informações sobre os resultados dos jogos lotéricos administrados pela Caixa Econômica Federal é o objetivo de projeto apresentado pelo senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA). A proposta estabelece a divulgação de informações sobre arrecadação bruta, rateio e repasse de valores aos beneficiários legais. A matéria será votada em decisão terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

De acordo com o projeto, o ato do ministro da Fazenda regulando o concurso de prognósticos deverá estabelecer a obrigatoriedade de divulgação dos resultados dos sorteios, valores dos prêmios e da quantidade de ganhadores por estado. A proposta também exige que sejam divulgados os percentuais de rateio da arrecadação bruta de cada concurso e respectivos repasses a todos os beneficiários legais, inclusive os referentes ao custeio e manutenção dos serviços e impostos.

Outra exigência sugerida por Rodolpho Tourinho é que o mesmo ato do ministro da Fazenda obrigue a divulgação dos valores dos prêmios prescritos, assim como sua correspondente destinação. A medida determina ainda que se informem os valores acumulados e a estimativa de

prêmio para o concurso seguinte, assim como a agenda dos sorteios para o período de pelo menos um mês.

A maioria dessas informações, de acordo com o projeto, deverá ser divulgada pelos jornais de grande circulação, programas de rádio e TV, assim como pelo site da Caixa. Na justificativa do projeto, o senador alega que existem várias proposições no Congresso tratando da destinação dos recursos oriundos das loterias administradas pela Caixa. Algumas propõem a redução dos recursos destinados aos atuais beneficiários, como Fundo Nacional de Cultura e Comitê Olímpico Brasileiro, mas, avalia, há pouco entendimento a respeito.

– Toda vez que esta Casa se vê diante de matérias dessa natureza, tem dificuldades em obter informações importantes para o perfeito entendimento e encaminhamento da matéria. O texto proposto procura sanar essa falha – observa o parlamentar.

Simon propõe normas para escolha de diretor de escola



Intenção de Simon é tornar mais democrática definição do diretor

Os sistemas de ensino em todo o país poderão definir a forma de escolha dos dirigentes das escolas públicas, segundo determina projeto de lei de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que se encontra na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A definição do nome do diretor, segundo a proposta, poderá ser feita por escolha da comunidade, por concurso público ou pelo dirigente do órgão responsável pela administração do sistema de ensino.

Na justificativa do projeto, que modifica a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Simon esclarece que a eleição de diretores de escolas por membros do meio escolar já foi objeto de legislação estadual e municipal. Mas, acrescentou, a norma sempre foi considerada inconstitucional, porque a LDB não prevê tal faculdade.

– Considerando que a gestão democrática é princípio fundamental de aprimoramento de nossos institutos, a começar principalmente pela educação, apresento a tese de restituir à nossa norma diretriz da educação a legítima propriedade de escolha de seus dirigentes escolares, sem prejuízo da competente ação dos administradores da educação – justificou Pedro Simon.

Após ser analisada pela CCJ, a proposta será encaminhada para a Comissão de Educação (CE), onde receberá decisão terminativa.

Moralidade administrativa é objetivo de dois projetos em tramitação: um que torna mais rigorosa a Lei de Inelegibilidades e outro que limita as despesas com propaganda oficial

Projeto de Jereissati dificulta a candidatura de maus gestores



Norma vigente compromete probidade administrativa, argumenta Jereissati

Gestores públicos que tiverem contas rejeitadas por irregularidades insanáveis e decisão irreversível do Tribunal de Contas, referendada pelo órgão legislativo competente, podem encontrar maior dificuldade para obter registro de candidatura a cargos eletivos, se transformado em lei projeto do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) em exame na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Para terem seus registros de candidatura acolhidos pela Justiça Eleitoral, de acordo com a proposta (PLS 323/05), os gestores nessa situação precisarão que o juiz atenda a pedido de liminar ou tutela antecipada.

O projeto altera dispositivo da Lei Complementar 64/90, que regulamenta a norma constitucional relativa aos casos de inelegibilidade. Segundo Jereissati, hoje, é suficiente que o administrador com contas reprovadas protocole

uma petição contestatória na Justiça Comum, bem próximo à data de registro eleitoral, para que sua nova candidatura seja deferida.

Esclarece o parlamentar, na justificativa da proposta, que o deferimento da liminar ou tutela antecipada significa que o juiz reconhece indícios de boa fé na ação e que o pleito do autor tem possibilidade de ser reconhecido

quanto ao mérito da questão.

Jereissati observa ainda que, atualmente, se o gestor for eleito para novo mandato, mesmo que tenha praticado gravíssimas irregularidades no mandato anterior, será mantido no cargo. Isso acontece mesmo quando a ação em que questiona a desaprovação das contas tenha sido julgada improcedente e que tenham sido confirmados a decisão do órgão fiscalizador e o referendo do respectivo Legislativo.

– Essa situação não pode mais ser mantida, sob pena de se comprometer seriamente os princípios da probidade administrativa e da moralidade para o exercício do mandato acolhidos na Constituição – argumenta o senador. Ele lamenta que, hoje, uma simples petição protocolada na Justiça Comum “desfaça a manifestação do Tribunal de Contas e do órgão legislativo que referendou a sentença”.

Paim quer freio em gasto com publicidade oficial

O senador Paulo Paim (PT-RS) quer limitar as despesas dos órgãos públicos com propaganda e publicidade. Proposta de sua autoria acrescenta dispositivo à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para estabelecer que, no caso da União, esses gastos não devem exceder a 0,1% da receita corrente líquida (RCL). Para o Distrito Federal, estados e municípios, o limite é de 1%.

A intenção de Paim é evitar situações de “descalabro” nesse ramo de despesa, a exemplo das apuradas pela CPI dos Correios. Segundo observou, as investigações da comissão já revelaram o “universo escabroso” das relações dos governos com as agências de publicidade que lhes prestam serviços. Isso decorre, a seu ver, da falta de transparência e de critérios objetivos para escolha dessas empresas.

– Paralelamente a esses fatos, o crescente gasto público com propaganda e publicidade, ao mesmo tempo em que alimenta esse sistema, gera um desvio de finalidade dos recursos públicos, que acabam por promover as realizações dos governantes,

em vez de favorecer uma melhor execução das políticas públicas – justificou o parlamentar.

Na opinião de Paim, as despesas com propaganda e publicidade devem incluir todos os gastos com divulgação de políticas públicas, realizações, programas institucionais e sociais ou qualquer outra mensagem cuja concepção, elaboração e difusão seja custeada com recursos públicos.

Os limites propostos somente poderão ser excedidos na hipótese de decretação de calamidade pública, estado de defesa ou estado de sítio. Ainda assim, exclusivamente para informar a população sobre medidas

necessárias à sua segurança. Ficariam excluídos também os gastos com propaganda eleitoral gratuita previstos em lei.

Segundo o projeto (336/05), a RCL corresponde ao somatório das receitas tributárias. Inclui ainda as parcelas referentes às transferências constitucionais entre os entes federativos – da União para estados e municípios, e dos estados para os municípios. Desse montante, contudo, são deduzidos os repasses constitucionais feitos pelo ente transferidor. Também são abatidas as contribuições recolhidas dos servidores para o custeio de seus sistemas de previdência e assistência social.

Gastos contidos

Os limites de gastos fixados pelo projeto de Paulo Paim são os seguintes:

Para a União: 0,1%*

Para o Distrito Federal, os estados e os municípios: 1%*

*valores referentes à Receita Corrente Líquida



Comissão de Agricultura e Reforma Agrária promove em Cruz das Almas, na Bahia, quarta audiência sobre o assunto

Tião Viana defende acordo contra o tabaco



Segundo Tião Viana, fumicultores terão apoio para a substituição da cultura

Tião Viana (PT-AC) defendeu ontem a ratificação pelo Brasil da adesão à Convenção-Quadro sobre o Controle do Uso do Tabaco, assinada por 168 países e já ratificada por mais de 70. Assim como o Protocolo de Kyoto, o petista considera essa convenção fundamental para o mundo.

Conforme assinalou, o uso contínuo do tabaco é associado ao surgimento de vários tipos de câncer. Tião Viana, que também é médico, revelou que 80% dos viciados em nicotina desejam abandonar o cigarro e que, anualmente, 200 mil pessoas

morrem no país em decorrência do fumo.

O senador pelo Acre sustentou ainda que os produtores de fumo não ficarão desamparados com a ratificação do acordo, que prevê a substituição da fumicultura por culturas alternativas. Segundo acrescentou, os maiores importadores do tabaco produzido no Brasil, como Bélgica, Reino Unido, Alemanha e Holanda, já ratificaram o documento.

O Brasil assinou o acordo em 2003, mas a adesão do país precisa ser validada pelo Congresso. Em 2004, a Câmara aprovou a matéria,

que, atualmente, tramita na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado.

Em aparte, Heráclito Fortes (PFL-PI), relator do texto na CRA, adiantou que apresentará relatório até o dia 15. O parlamentar afirmou não haver consenso nem mesmo dentro do governo, informando que o Ministério da Saúde é favorável à ratificação, enquanto a Receita Federal é contrária. Leonel Pavan (PSDB-SC) lembrou que há milhares de plantadores de fumo preocupados com a confirmação desse acordo.



Para Heloísa, é preciso discutir o assunto "sem ilusões ou propostas mentirosas"

Heloísa cobra apoio para substituição da fumicultura

Heloísa Helena (PSOL-AL) ressaltou ontem em Plenário a necessidade de o Brasil apoiar e implantar os mecanismos da Convenção-Quadro sobre o Controle do Uso do Tabaco. Entretanto, frisou a senadora, é essencial que o governo auxilie os pequenos produtores de fumo do país para que possam substituir o tabaco por outra cultura.

— A convenção traz regras mais rigorosas para o controle do tabagismo, o que é essencial — opinou a senadora, informando que 80% da produção brasileira de fumo é destinada à exportação.

Heloísa avaliou que, entre as ações do governo, é necessário que se realizem audiências públicas com pequenos e médios produtores para discutir as regras de transição de culturas. Para ela, trata-se de uma discussão extremamente importante.

Demagogia

Segundo a senadora, “políticos oportunistas de Alagoas” estariam se aproveitando e fazendo “demagogia” contra ela na cidade alagoana de Arapiraca, que, informou, sobrevive praticamente da produção de tabaco.

— Alguns políticos de Alagoas, adulterados pela ambição sem fronteiras e pela vaidade inescrupulosa, tentam me atacar porque sou favorável a essa convenção.

Os pequenos plantadores de fumo de Alagoas, Bahia e Rio Grande do Sul, informou, “estão alarmados” porque não acreditam que receberão apoio do governo para que as regras de transição garantam a geração de empregos.

Para Heloísa, os governantes devem realizar o debate sobre o assunto, mas sem prometer “ilusões e propostas mentirosas”. Ela criticou também a ausência de políticas agrícolas para os pequenos e médios produtores rurais.

A senadora apontou ainda a necessidade de as bebidas alcoólicas serem encaradas como drogas que causam prejuízos aos consumidores e à sociedade como um todo.

Saúde pública ou interesse econômico?

A FAVOR DA CONVENÇÃO

O tabagismo, segundo o Instituto Nacional do Câncer, causa a morte de 5 milhões de pessoas, anualmente, em todo o mundo. O número de mortes anuais chega a 200 mil no Brasil. Os países que confirmarem a convenção receberão estímulos de organismos internacionais para desenvolver culturas alternativas ao fumo.

CONTRA A CONVENÇÃO

Contrária à ratificação da convenção pelo Congresso, a Associação dos Fumicultores do Brasil afirma que a indústria do tabaco é responsável, no país, por 2,4 milhões de empregos diretos ou indiretos. Além disso, seria fonte de sustento para 236 mil famílias de pequenos agricultores.



Restrições ao fumo serão discutidas no interior da Bahia

A restrição às plantações de fumo envolve o dilema entre saúde pública e interesses econômicos. Em ambos, há o viés social — seja no combate aos males causados pelo cigarro, como o câncer, seja na manutenção do emprego dos agricultores ligados à indústria do tabaco. Essas serão algumas das questões discutidas hoje na audiência sobre a Convenção-Quadro sobre o Controle do Uso do Tabaco, promovida pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) no município de Cruz das Almas (BA).

De iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU), a convenção-quadro é um tratado internacional de controle do tabagismo em vigor desde fevereiro deste ano, quando obteve a adesão de 50 países. O governo brasileiro já havia assinado o acordo em junho de 2003, mas ainda falta a ratificação pelo Congresso, sendo

que o prazo para que isso seja feito termina no dia 7 de novembro. Já aprovado pela Câmara, o tratado (PDS 602/04) tramita no Senado desde maio de 2004.

Polêmica

De acordo com o Instituto Nacional do Câncer (Inca), o tabagismo provoca a morte de 5 milhões de pessoas ao ano no mundo. No Brasil, esse número é de 200 mil a cada ano. Mas, apesar da adesão internacional conquistada, a convenção-quadro enfrenta resistências no país. Conforme dados do Inca, o Brasil é o segundo maior produtor mundial de fumo e o maior exportador de fumo em folhas do planeta.

A Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra), que é contra a ratificação do acordo, alega que a indústria do tabaco é responsável no país por 2,4 milhões de empregos — diretos ou indiretos —, e também de ser fonte de sustento

para 236 mil famílias de pequenos agricultores. Porém, um estudo da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) contestou, no ano passado, as informações divulgadas pela Afubra, que estariam “superestimadas”. Além de questionar estatísticas recentes, a Opas lembrou que, há cerca de dez anos, a Afubra anunciou um número de trabalhadores em plantações de fumo que era 54% maior que o calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A Opas é uma instituição vinculada à Organização Mundial da Saúde (OMS).

A audiência em Cruz das Almas será a quarta promovida pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado. Já houve sessões em Irati (PR) e Florianópolis (SC), no mês de agosto, e em Camaquã (RS), em setembro. Segundo a Secretaria de Agricultura, Irrigação e Re-

forma Agrária (Seagri) da Bahia, a região no entorno de Cruz das Almas é responsável por 69% da produção de tabaco no estado.

Participantes

Heráclito Fortes (PFL-PI), relator do projeto sobre a Convenção-Quadro na CRA, estará presente na audiência. Foram convidados para a sessão, entre outros, Paulo Souto, governador da Bahia; Tânia Cavalcante, chefe da Divisão de Controle de Tabagismo do Inca; Hainsi Gralow, presidente da Afubra; o deputado estadual Clóvis Ferraz, presidente da Assembleia Legislativa da Bahia; e Ronaldo Caiado, presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados.

A audiência, que se inicia às 11h, será realizada na Escola de Agronomia da Universidade Federal do Recôncavo Baiano.